



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

AVENIDA RIO BRANCO, 243, ANEXO II, 7º ANDAR - Bairro: CENTRO - CEP: 20040-009 - Fone:  
(21)3218-8264 - Email: 26vf@jftj.jus.br

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5040363-03.2022.4.02.5101/RJ**

**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**RÉU:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

**DESPACHO/DECISÃO**

Vistos etc.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** ajuizou a presente Ação Civil Pública em face da **UNIÃO FEDERAL**, com pedido de tutela de urgência, objetivando que a ré *“abstenha-se de editar quaisquer atos administrativos abstratos ou concretos que autorizem a Polícia Rodoviária Federal a atuar em operações conjuntas com os demais órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, fora do âmbito territorial (geográfico) das rodovias e estradas federais, nos termos do §2º do art. 144, da Constituição Federal, do caput do art. 1º do Decreto n.º 1.655/1995 e do caput do art. 20 da Lei n.º 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), vedando expressamente o ingresso em locais de operações conjuntas planejadas e realizadas dentro de comunidades e no perímetro urbano por outros órgãos de Segurança Pública, até o julgamento de mérito da presente ação civil pública”*.

Alega que a Polícia Rodoviária Federal, com base em autorização emitida pelo Superintendente do órgão no Estado do Rio de Janeiro (Autorização n. 25/2022-SPRF-RJ), *“participou de operação na Vila Cruzeiro promovida pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 24.05.2022, no qual ocorreram 23 mortes, em circunstâncias que estão sob investigação de autoridades públicas”*.

Menciona que a aludida autorização lastreou-se na Portaria n. 42, de 18 de janeiro de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual prevê em seu artigo 1º, § 1º, que a PRF *“poderá atuar em operações conjuntas que contem com a participação de órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e de outros órgãos das esferas federal, estadual, distrital ou municipal”*.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

Sustenta, contudo, que “a Constituição estabeleceu as balizas do “que” (patrulhamento ostensivo) e o “onde” (rodovias federais) devem ser exercidas as atribuições da Polícia Rodoviária Federal, em cotejo com os demais elementos orgânicos da segurança pública, mas deixou para o legislador ordinário a tarefa de estabelecer o “como” desta atribuição, o que fica evidenciado na expressão “na forma da lei”. A lei, em sentido formal e material, não pode ampliar as atribuições constitucionalmente estabelecidas, limitando-se a discipliná-las, organizá-las, entre outros modos de operacionalização”.

Alega, assim, que “excetuadas as hipóteses de fundadas razões para ocorrências, atuais ou iminentes, de flagrante delito, iniciadas em rodovia ou estrada federal com desdobramentos fora do leito da rodovia ou da faixa de domínio da União, não cabe à Polícia Rodoviária Federal exercer quaisquer atribuições de natureza administrativa ou policial, e menos ainda cumprir mandados de busca e apreensão, fora do âmbito das rodovias e estradas federais, ainda que haja decisão judicial”.

Conclui, portanto, ser vedado à Polícia Rodoviária Federal “o ingresso em locais de operações conjuntas planejadas e realizadas dentro de comunidades e no perímetro urbano por outros órgãos de Segurança Pública, por materializarem, as referidas condutas, verdadeira afronta ao §2º do art. 144 da Constituição Federal e infringência ao caput do art. 1º do Decreto n.º 1.655/1995 e do caput do art. 20 da Lei n.º 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro)”.

A peça vestibular veio acompanhada de procuração e documentos.

**DECIDO.**

Pretende a parte autora o deferimento de tutela de urgência a fim de que a ré “abstenha-se de editar quaisquer atos administrativos abstratos ou concretos que autorizem a Polícia Rodoviária Federal a atuar em operações conjuntas com os demais órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, fora do âmbito territorial (geográfico) das rodovias e estradas federais, nos termos do §2º do art. 144, da Constituição Federal, do caput do art. 1º do Decreto n.º 1.655/1995 e do caput do art. 20 da Lei n.º 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), vedando



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

*expressamente o ingresso em locais de operações conjuntas planejadas e realizadas dentro de comunidades e no perímetro urbano por outros órgãos de Segurança Pública, até o julgamento de mérito da presente ação civil pública”.*

Dita o artigo 300 do diploma processual civil brasileiro, *in verbis*:

*“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.”*

Em sua peça vestibular, o Ministério Público Federal sustenta a inconstitucionalidade do art. 2º da Portaria n. 42, de 18.01.2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que estabelece, no seu entender, atribuições à Polícia Rodoviária Federal, contrárias àquelas previstas na Constituição Federal. Confira-se:

*Portaria n. 42 de 18.01.2021*

*“(…) Art. 2º A PRF poderá:*

*I - designar efetivo para integrar equipes na operação conjunta; II - prestar apoio logístico;*

*III - atuar na segurança das equipes e do material empregado; IV - ingressar nos locais alvos de mandado de busca e apreensão, mediante previsão em decisão judicial;*

*V - lavrar termos circunstanciados de ocorrência; e*

*VI - praticar outros atos relacionados ao objetivo da operação conjunta.”*

*O artigo 144 da Constituição Federal, ao instituir os órgãos responsáveis pela segurança pública, assim dispôs acerca da Polícia Rodoviária Federal:*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

*“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*I - polícia federal;*

*II - polícia rodoviária federal;*

*III - polícia ferroviária federal;*

*IV - polícias civis;*

*V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.*

*VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.*

*(...)*

*§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.*

*(...)*

*§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.”*

Conforme se afere do aludido dispositivo constitucional, a destinação da PRF restou muito bem definida pela Carta Magna ao dispor que o aludido órgão se destina “ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”.

Com vistas a disciplinar as atribuições específicas da PRF dentro da competência estabelecida constitucionalmente, foram editados o Decreto n. 1.655/1995 e a Lei n. 9.503/97, que assim preceituam:

*Decreto n. 1.655/95*

*“Art. 1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

*I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*

*II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;*

*III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;*

*IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;*

*V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;*

*VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;*

*VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;*

*VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;*

*IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na **Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente);*

*X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.”*

*Lei n. 9.503/97*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

*“Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:*

*I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;*

*II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;*

*III - executar a fiscalização de trânsito, aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa e as medidas administrativas cabíveis, com a notificação dos infratores e a arrecadação das multas aplicadas e dos valores provenientes de estadia e remoção de veículos, objetos e animais e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;*

*IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;*

*V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;*

*VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;*

*VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;*

*VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;*

*IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;*

*X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;*

*XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.*



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

*XII - aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir, quando prevista de forma específica para a infração cometida, e comunicar a aplicação da penalidade ao órgão máximo executivo de trânsito da União.*

*XIII - realizar perícia administrativa nos locais de acidentes de trânsito.”*

Conforme se afere das normas supratranscritas, à Polícia Rodoviária Federal cabe o patrulhamento ostensivo, fiscalização e controle das rodovias federais, não havendo nenhuma norma que atribua ao aludido órgão o exercício de atividades de polícia judiciária e administrativa fora dos limites estabelecidos na Constituição Federal, quais sejam e repita-se, nas rodovias federais.

Cabe mencionar que ao instituir os órgãos destinados à segurança pública, o constituinte previu a existência de órgãos específicos destinados às atividades de polícia judiciária e administrativa, criadas com a finalidade de policiamento ostensivo, preservação da ordem pública, investigação, apuração e repressão de infrações, sendo assim, descabido que se impute tais atribuições a órgãos diversos, que não possuem atribuição constitucional e legal para exercê-las.

Registre-se, inclusive, que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 3996, fixou entendimento segundo o qual “*a Constituição Federal, ao estabelecer que a segurança pública será exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das polícias civis e das polícias militares e corpos de bombeiros militares, instituiu um rol taxativo, de observância obrigatória pelo legislador infraconstitucional (artigo 144, caput e incisos I, II, III, IV e V, da Constituição Federal)*”, motivo pelo qual “*os Estados-membros não podem atribuir o exercício de atividades de segurança pública a órgãos diversos dos previstos no texto constitucional federal*”.

Não obstante, analisando o previsto no artigo 2º da Portaria n. 42/2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi utilizado como base para a participação da PRF em incursões policiais realizadas na Cidade do Rio de Janeiro com vistas a desarticulação de organizações criminosas, conclui-se haver inegável inovação em matéria reservada a lei federal e ampliação de competência de órgão policial em desconformidade com o estabelecido na Constituição Federal, o que não pode ser admitido.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

Registre-se, inclusive, que tal conduta administrativa constitui desvio de função de servidores e burla à disposição constitucional que estabelece a necessidade de realização de concurso público para a ocupação de cargos destinados ao exercício de atividade policial ostensiva, a qual, repita-se, não pode ser exercida por policiais rodoviários federais fora dos limites geográficos estabelecidos na Constituição Federal.

Impende ressaltar, como bem mencionado pelo MPF em sua peça vestibular, que nem mesmo a Lei n. 13.675/2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, autoriza a que as polícias federais exorbitem das atribuições que lhes foram constitucionalmente conferidas, pois, a aludida norma embora preveja que os elementos estaduais e federais de segurança pública podem atuar em conjunto e coordenadamente, garante que tal atuação seja efetuada dentro das atribuições de cada entidade envolvida.

Desta feita, ante à evidente violação do artigo 2º da Portaria n. 42/2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem permitido a indevida participação da PRF em incursões policiais que não se encontram no âmbito de suas atribuições, ao disposto no artigo 144, § 2º, da Constituição Federal, deve ser determinada a imediata suspensão do aludido ato administrativo.

Quanto ao pedido para que se determine à União Federal que se abstenha de editar quaisquer atos administrativos abstratos ou concretos que autorizem a Polícia Rodoviária Federal a atuar em operações conjuntas com os demais órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal, fora do âmbito territorial (geográfico) das rodovias e estradas federais, entendo que o Judiciário não tem competência para limitar a atuação administrativa de órgão ao qual está subordinada a PRF, estando limitado a coibir, quando provocado, condutas e atos administrativos ilegais, editados em excesso ou em desconformidade com a legislação vigente.

Diante do exposto, **DEFIRO EM PARTE** o pedido de tutela de urgência para determinar a suspensão imediata do art. 2º da Portaria n. 42 de 18.01.2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por violação ao art. 144, §2º, da Constituição Federal.

Intimem-se as partes para ciência.

No mesmo ato, cite-se a União Federal.





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio de Janeiro**  
**26ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

P.I.

---

Documento eletrônico assinado por **FRANA ELIZABETH MENDES, Juíza Federal na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510007918063v2** e do código CRC **30aecedb7**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): FRANA ELIZABETH MENDES  
Data e Hora: 7/6/2022, às 14:25:19

---

5040363-03.2022.4.02.5101

510007918063.V2